

**ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, DE VINTE E NOVE DE FEVEREIRO, REALIZADA NO DIA DEZ DE MARÇO DE DOIS MIL E OITO**-----

-----  
Aos dez dias do mês de Março de dois mil e oito reuniu, pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte:-----

**-----ORDEM DO DIA:-----**

- 3. Cuidados de Saúde no Município de Santiago do Cacém.** -----  
**4. Lei eleitoral dos órgãos das Autarquias Locais (alterações).** -----  
**5. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----  
c) **Adesão do Município de Santiago do Cacém ao CEBAL – Centro de Biotecnologia Agrícola e Alimentar do Baixo Alentejo e Litoral;** -----  
d) **Desafecção de terreno do domínio público, a anexar ao Lote 71, sito no Bairro da Petrogal, na Cidade de Vila Nova de Santo André;** -----  
e) **Aquisição de Serviços para revisão do Plano Director Municipal – Repartição de encargos.** -----  
**6. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA.** -----

-----  
**Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os Membros:** Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António Gonçalves Pereira, Sandra Maria Brás Coelho, Margarida Isabel de Matos Pereira, António João Antunes Isidoro, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, João Saraiva de Carvalho, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, Fernando Augusto Pereira de Sousa, António Albino, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. -----

-----  
**Não compareceram os membros:** Alexandre António Cantigas Rosa, Maria de Lurdes Palminha Pereira Gomes, José Augusto Sabino Diogo, José Élio Sucena, José Joaquim Catalino dos Santos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos e Joaquim António Gonçalves. -----

-----  
**Verificou-se ainda a presença** do senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Proença e dos senhores Vereadores, Margarida Santos, Álvaro Beijinha e Maria dos Anjos Polícia. -----

-----  
**Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:** -----

-----  
**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA**-----

O senhor Presidente colocou para apreciação da Assembleia o pedido de suspensão de mandato, na presente Sessão, do senhor José Élio Sucena, eleito da CDU. -----  
Não foram levantadas objecções, pelo que, o senhor Presidente procedeu, de imediato, à sua substituição pelo eleito que se seguia na lista da CDU, senhor António Brites Afonso, convocado para o efeito. -----  
-----

### -----ORDEM DO DIA:-----

#### **3. Cuidados de Saúde no Município de Santiago do Cacém.** -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual deu conhecimento das acções mais recentes que foram desenvolvidas sobre esta matéria nomeadamente, a reunião promovida pela Câmara Municipal com as Comissões de Utentes, para a qual foi convidado o Director do Centro de Saúde, a Sub-Região de Saúde de Setúbal, a Direcção do Hospital do Litoral Alentejano, o Sindicato dos Enfermeiros e os presidentes das Juntas de Freguesia do Município. Mais informou que se ficou a saber naquela reunião que estão inscritos trinta mil utentes no Centro de Saúde, dos quais onze mil não têm médico de família. Acrescentou que se verificou que estão a ser cumpridas as horas de consulta nas várias extensões de Saúde, e que foi proposto, pelo Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, o prolongamento do horário, até às vinte horas, na extensão de Saúde daquela Freguesia. Foi também vista a necessidade de se estudar a criação de uma unidade básica de urgência, na Sede do Município, dado que as urgências do Hospital não conseguem dar resposta. -----

Informou também que o Director do Centro de Saúde reconheceu a falta de pessoal de enfermagem naquela Unidade de Saúde, mas considerou que podem vir a ser prestados cuidados de enfermagem aos fins-de-semana. -----

Informou ainda que foi colocada a questão da possibilidade dos médicos voltarem a dar consultas no posto médico de Aldeia dos Chãos e na Sonega. Contudo, por parte da Câmara Municipal foi referido que era prioritário dar resposta às duas freguesias que ainda não têm consultas médicas, Vale de Água e Santa Cruz.-----

Acrescentou que foi também chamada a atenção para a necessidade de efectuar obras na extensão de Saúde de S.Bartolomeu da Serra. -----

Mais informou que as Comissão de Utentes e os Presidentes das Juntas de Freguesia colocaram ainda outras questões relativas aos cuidados hospitalares nomeadamente, o atraso no pagamento às Associações de Bombeiros, o não funcionamento da Oftalmologia bem como do internamento em Pediatria, a espera de dois e três meses por consultas de Cardiologia e as longas esperas nas urgências, entre quatro a cinco horas. Acrescentou que o representante do Sindicato dos Enfermeiros colocou a questão relativa à precariedade dos vínculos do pessoal de enfermagem no Hospital do Litoral Alentejano. Situação que abrange cinquenta por cento daqueles profissionais.-----

Sobre estas questões foi informado que a Oftalmologia vai começar a funcionar em breve e que estão a procurar atenuar os tempos de espera nas urgências e nas consultas. -

O senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra à senhora Vereadora Margarida Santos, a qual informou que participou na sessão de esclarecimento sobre a Saúde que teve lugar, na Sede do Município, com a presença de cerca de duzentas pessoas, onde foram colocadas algumas preocupações nomeadamente, a privatização do serviço de Imagiologia, a ausência de tratamentos de enfermagem aos fins de semana, o encerramento do SADU, a falta da Maternidade, o valor excessivo das taxas moderadoras, a necessidade de aumentar o número de consultas de Pediatria e a redução dos tempos de espera nas urgências, situação esta que é reflexo de não existirem serviços de urgências em Grândola, Sines e na Sede do Município. Acrescentou que

também foi colocada a preocupação e discordância da passagem do Hospital do Litoral Alentejano a EPE. -----

Interveio o senhor Jaime Cáceres, referindo que é preciso insistir no sentido de serem disponibilizados serviços de enfermagem aos fins-de-semana, em Santo André, conforme foi indicado pelo Director do Centro de Saúde, bem como o prolongamento do horário da extensão de Saúde, até às vinte horas. -----

Mais referiu que a Junta de Freguesia de Santo André vai investir no posto médico de Deixa-o-Resto, para que não seja encerrado por falta de condições, dado que serve setecentos utentes. -----

O senhor Fernando Gonçalves referiu que a extensão de Saúde de S. Domingos serve também os utentes da freguesia de Vale de Água, o que obriga a que as pessoas tenham que se deslocar às seis da manhã para terem uma consulta, o que nem sempre conseguem. -----

O senhor Carlos Pereira Dias referiu que há décadas que o problema da falta de médicos e de enfermeiros se coloca, sem que se vejam melhorias. Acrescentou que a questão não é só a falta destes profissionais, mas também o mau aproveitamento dos existentes. -----

No referente às taxas moderadoras, referiu que, enquanto alguns reformados com pensões muito baixas contam os cêntimos para as pagar outros com fortuna pessoal e boas reformas pagam a mesma importância que aqueles. Situação que devia ser revista. -

Mais referiu que algumas extensões de Saúde no Município não tinham condições materiais e não dispunham de pessoal de enfermagem, pelo que, os cuidados médicos prestados eram precários, acrescentando que também no Hospital, as condições higiénicas e sanitárias eram, por vezes, duvidosas. -----

Referiu ainda que os anos passam e os problemas da Saúde se arrastam sem solução à vista, acrescentando que, um dia destes, podemos ser confrontados com um sistema de saúde do tipo do Americano, ou seja, quem tem seguro de saúde é assistido quem não tem seguro pode ir morrer onde quiser. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, considerando positiva a acção da Câmara Municipal ao promover a reunião de todas as partes para tratar deste assunto. -----

Colocou à consideração dos presentes, a possibilidade de reactivar a Comissão que foi constituída na Assembleia Municipal para avaliar as consequências do encerramento do SADU, ou a criação de outra comissão, no sentido de, em parceria com a Câmara Municipal, acompanhar os desenvolvimentos nesta matéria, agindo com os actores no terreno e promovendo reuniões periódicas desta natureza, para análise da situação. -----

Acrescentou que lhe apraz registar as questões que foram colocadas no sentido de virem a ser melhorados os cuidados primários nas extensões de saúde, bem como as obras a efectuar, em S. Bartolomeu da Serra. Considerou importante que se continue a fazer pressão para que a população de Vale de Água possa ter consultas na sede da Freguesia. Relativamente ao Hospital do Litoral Alentejano, para além das preocupações já mencionadas, referiu que é importante informar os familiares da evolução da situação dos doentes que dão entrada no Hospital. -----

O senhor João Saraiva de Carvalho referiu que a resolução do problema das urgências no Hospital do Litoral Alentejano, passa também pela situação do espaço físico que é manifestamente insuficiente para os doentes e para o pessoal de saúde funcionar em condições. -----

O senhor Joaquim Gamito referiu que são preocupantes as questões que se colocam sobre os cuidados de Saúde no Município. Acrescentou que a Extensão de Saúde de Alvalade dispõe de um médico, mas não é suficiente, porque os utentes têm que se deslocar para o local, às quatro e cinco da manhã para conseguirem uma consulta.

Situação que se agrava quando o médico está de férias. Mais referiu que, quando foi encerrado o SADU, ainda houve a expectativa da situação melhorar, o que não aconteceu, porque o problema só pode ser resolvido se houver um reforço de profissionais da saúde.-----

Referiu ainda que no Hospital do Litoral Alentejano os acompanhantes dos doentes passam horas e horas sem notícias dos mesmos, e que as grandes esperas não acontecem só nas urgências, mas também nas consultas marcadas, onde os pacientes chegam a aguardar cinco e seis horas para serem atendidos.-----

O senhor Francisco Roque referiu que o sector da Saúde está a ser condicionado pelas medidas do Poder Central de contenção orçamental para equilibrar o défice e pela pressão dos privados interessados no negócio que é a saúde, considerado por alguns, o segundo melhor negócio, depois do negócio das armas.-----

Questionou em seguida se foram registadas melhorias no posto de Saúde de Deixa-o-Resto em termos de reforço de horas de atendimento e do acesso às consultas, depois do encerramento do SADU.-----

No referente ao espaço no serviço de urgências do Hospital do Litoral Alentejano, informou que lhe foi explicado que o mesmo é reduzido porque foi concebido com base num projecto Nórdico, onde as urgências existem para atenderem as pessoas de imediato e não para ficarem horas à espera. Acrescentou que, por vezes, os utentes têm que vir para a rua. Pelo que, considerou que se deve exigir ao Hospital que encontre uma solução para este problema.-----

O senhor Jorge Pinela considerou que o problema não está nas urgências do Hospital, mas sim no encerramento das urgências nas outras localidades, dado que aquele espaço não foi dimensionado para tão elevado número de doentes.-----

O senhor Jaime Cáceres referiu que, nas reuniões que tiveram lugar sobre as questões da saúde, se concluiu que a situação nas extensões de Saúde pouco melhoraram depois do encerramento do SADU, incluindo o posto Médico de Deixa-o-Resto.-----

Mais referiu que o espaço físico do Hospital do Litoral Alentejano não está concebido para o número de utentes que para ali são encaminhados, pelo que, devia ser criada uma Unidade Básica de Saúde onde se fizesse a triagem dos doentes.-----

O senhor Francisco Roque informou que quando a Comissão de Saúde da Assembleia Municipal reuniu com o Director do Centro de Saúde, este já defendia a criação de uma Unidade de Urgência Básica, onde fossem tratadas as situações menos urgentes. Contudo, a Administração do Hospital considerava que a mesma não fazia sentido, até por uma questão de rentabilização do Hospital.-----

O senhor João Saraiva de Carvalho chamou também a atenção para alguns problemas de gestão naquele Hospital, dando alguns exemplos de descoordenação e de rotura de stocks de medicamentos.-----

#### **REACTIVAÇÃO DA COMISSÃO DE SAÚDE CONSTITUÍDA NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

O senhor Presidente colocou à consideração da Assembleia Municipal a reactivação da Comissão da Assembleia Municipal que foi constituída para avaliar a situação resultante do encerramento do SADU, para uma tomada de posição concreta sobre os Cuidados de Saúde no Município, a ser preparada até à próxima sessão ordinária, a realizar em Abril, de forma a ter eficácia externa.-----

O senhor Vítor Paulo, Coordenador daquela Comissão, referiu concordar que a mesma seja reactivada.-----

O senhor Arnaldo Frade sugeriu que a Comissão fosse reactivada não só para tomar posição, pontualmente, sobre esta matéria, mas que tivesse continuidade. -----

O senhor Jaime Cáceres sugeriu que a Comissão efectue reuniões periódicas para fazer o balanço da situação. -----

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, a reactivação da Comissão com a mesma composição que tinha: “Coordenador, senhor Vítor Barata, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago do Cacém, eleito da CDU, senhor Fernando Augusto Pereira de Sousa, eleito do PS, senhor Carlos Pereira Dias, eleito do PSD e senhor Francisco Roque, eleito do BE, e que a mesma seja alargada à Câmara Municipal e Juntas de Freguesia.**-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que na próxima sessão vai procurar trazer informações mais precisas sobre os progressos na resolução dos problemas colocados. -----

Sugeriu ainda a realização de uma nova reunião com as entidades ligadas ao sector da Saúde, a ter lugar no princípio do mês de Julho do ano em curso, sem prejuízo desta matéria vir a ser abordada noutros fóruns. -----

#### --- 4. Lei eleitoral dos órgãos das Autarquias Locais (alterações). -----

Pelo senhor Pedro Gamito, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção: -----

#### -----“MOÇÃO-----

Considerando que o Projecto de Lei nº431/X, Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, subscrito pelos grupos Parlamentares do PS e PSD e aprovado na generalidade: -

- Elimina a eleição directa das Câmara Municipais. -----
- Garante a maioria absoluta a quem detém a Presidência alterando as regras da proporcionalidade nos órgãos executivos. -----
- Prejudica o funcionamento colegial dos órgãos autárquicos e reduz o nível de fiscalização democrática, favorecendo uma gestão menos clara. -----
- Impõe uma distribuição de mandatos que não corresponde à votação obtida. -----
- Atribui ao Presidente de Câmara um poder discricionário na escolha dos membros que integram o Executivo (desrespeitando a ordenação da lista sufragada). -----
- Põe em causa a colegialidade do órgão, submetendo-o à vontade unipessoal do Presidente. -----
- Possibilita o derrube da Câmara (com a inevitável eleição) pela aprovação de uma moção de censura de 3/5 da Assembleia Municipal. -----
- Impede a participação dos Presidentes de Junta na votação dos Planos de Actividades e Orçamento nas respectivas Assembleias Municipais diminuindo significativamente a sua intervenção em questões decisivas para a vida municipal. -----
- A proposta põe em causa valores conquistados democraticamente após o 25 de Abril e atenta contra o contributo que o Poder Local tem assumido em Portugal ao longo do tempo. -----
- PS e PSD tentam garantir uma maioria absoluta de mandatos, e assegurar o esmagamento da representação das forças políticas minoritárias. Reduzem à expressão mínima a pluralidade da composição dos órgãos empobrecendo a democracia no poder local e as garantias de fiscalização e controlo democráticos do funcionamento da autarquia. -----

**A Assembleia Municipal reunida em segunda reunião da sessão ordinária de 29 de Fevereiro de 2008, ocorrida a 10 de Março de 2008, manifesta a sua total discordância quanto a este projecto de Lei repudiando-o veementemente.** -----

**Propõe-se também manifestar concordância com a Moção aprovada na Câmara Municipal em 7 de Fevereiro de 2008, com o parecer expresso pelo Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios de 31 de Janeiro de 2008 e com a posição assumida pela ANAFRE sobre esta matéria.**-----

A enviar para:-----

-Presidente da República-----

-Presidente da Assembleia da República-----

-Primeiro Ministro-----

-Secretário de Estado da Administração local-----

-Grupos Parlamentares da Assembleia da República-----

-Comissão parlamentar dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias -

-Associação Nacional de Municípios Portugueses-----

-Associação de Municípios do Litoral Alentejano-----

-Assembleias de Freguesia do Município-----

-Juntas de Freguesia do Município-----

-Órgãos da Comunicação Social.”-----

O senhor Presidente colocou a proposta de Moção para discussão.-----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo que com este projecto se perde a oportunidade de um reforço dos poderes da Assembleia Municipal para uma efectiva fiscalização da actividade autárquica, acrescentando que discorda do facto de ser vedado aos presidentes das juntas de freguesia votarem os planos de actividade dos Municípios, considerando que não se deve mexer nesta matéria no actual quadro constitucional, sendo favorável a uma alteração da Constituição que reforce a capacidade financeira e as competências das freguesias.-----

Mais referiu concordar com os executivos maioritários porque, na sua opinião, não é neste órgão que a oposição se deve manifestar, considerando redutor e até desprestigante o papel do vereador da oposição no seio do mesmo, dado que, este não dispõe de tempo para estudar os assuntos, nem dos meios necessários para desempenhar as funções. Considerou ainda que um executivo maioritário deve ter um projecto próprio e deve haver coesão no seu seio para o concretizar.-----

Concluiu, referindo discordar do projecto de lei em discussão, mas também não concorda com algumas questões constantes na Moção em apreço.-----

O senhor Carlos Pereira Dias referiu concordar com a análise feita pela Associação Nacional de Municípios – ANMP sobre esta matéria, porque a lei em causa não vai melhorar em nada a governabilidade das Autarquias, pelo contrário, poderá complicar, até porque não existem situações que justifiquem a alteração pretendida.-----

Referiu ainda concordar com a matéria relativa aos Presidentes das Juntas de Freguesia, e considerou que deviam ser criadas as condições para os vereadores da oposição fiscalizarem a actividade da Câmara Municipal.-----

Interveio o senhor Francisco Roque, referindo que a lei em discussão permite que uma lista que obtenha vinte e cinco por cento dos votos passe a ter o poder absoluto, a maioria, na Câmara Municipal, o que considera um retrocesso no sistema democrático. -

O senhor Jaime Cáceres, referiu que, como Presidente de uma Junta de Freguesia, não se vê a participar nas discussões e deliberações da Assembleia Municipal e não poder votar as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal, assim como não está disponível para vir pedir, por favor, ao Presidente da Câmara para realizar obra na sua freguesia.-----

Mais referiu que deve haver um reforço das competências das freguesias, acrescentando que com a lei em causa, se está a passar um atestado de menoridade aos Presidentes das

Juntas de Freguesia, quando estes são os eleitos que estão mais próximos da população, e, conseqüentemente, são os primeiros a se inteirarem dos seus problemas. -----  
Referiu ainda que discorda também que sejam extintas algumas freguesias pequenas para que as maiores tenham mais recursos financeiros. -----

O senhor Arnaldo Frade referiu não estar contra a existência de Freguesias pequenas, mas considera que o Estado as deve adequar com os meios adequados para servir as populações, e que estas devem contratualizar com os Municípios algumas questões operacionais. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**.-----

**JUSTIFICAÇÃO DE VOTO:** Pelo senhor Arnaldo Frade foi feita a seguinte declaração de voto: “Votei a favor o texto da Moção por o mesmo fortalecer a posição da ANMP e da ANAFRE sobre o assunto, apesar de uma ou outra divergência acessória quanto ao seu conteúdo. E também por considerar positivo o esforço reformista no sentido de melhorar o sistema eleitoral das Autarquias Locais.”-----

## **5. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

### **--- c) Adesão do Município de Santiago do Cacém ao CEBAL – Centro de Biotecnologia Agrícola e Alimentar do Baixo Alentejo e Litoral;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta: -----

**“PROPOSTA: 1.** Aprovar a adesão do Município de Santiago do Cacém como associado ao Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Baixo Alentejo e Litoral (CEBAL) sedado em Beja, bem como o pagamento de uma quota de vinte e cinco mil euros, paga em cinco prestações anuais sucessivas de cinco mil euros, com início no ano de admissão conforme estipulado no ponto n.º 5 do Capítulo II dos estatutos da referida Associação, em conformidade com o previsto na alínea m) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/1999, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. \*-----

**FUNDAMENTOS: 1.** O CEBAL é uma associação científica e técnica, sem fins lucrativos, dedicada à investigação científica e à transferência de tecnologias, que tem por missão desenvolver o conhecimento científico e tecnológico adequado para apoiar a produção e transformação inovadoras dos produtos agrícolas e pecuários da região.  
**2.** O CEBAL pretende desenvolver processos químicos e biológicos que permitam uma abordagem integrada à produção agro-pecuária e agro-alimentar, associada à conservação de um ambiente de elevada qualidade, à valorização de resíduos e à produção, conservação e gestão das energias alternativas.-----

**3.** O CEBAL tem actualmente 35 associados que incluem empresas, associações e câmaras municipais e pretende colaborar com o Governo na análise e prossecução de objectivos específicos da sua política científica e tecnológica, em particular no que concerne à inovação industrial.-----

**4.** A Câmara Municipal está empenhada em aprofundar e fomentar o conhecimento em todas as áreas atrás referidas já que as mesmas constituem parte fundamental e imprescindível para o desenvolvimento integrado que se pretende para o Município de Santiago do Cacém.-----

**5.** Ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169//99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

\* Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número cinco, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----  
Interveio o senhor Jorge Pinela, referindo que existem limitações à produção de biodiesel no País, porque não é possível aumentar a produção de milho, devido à falta de terrenos para o efeito, dado que se permitiu aos espanhóis plantarem vastos hectares de oliveiras. O senhor Carlos Pereira Dias considerou que é importante que sejam justificadas as verbas que o Município vai despende nesta parceria, pelo que, o seu representante deverá acompanhar o que o CEBAL vai fazendo em matéria de investigação, para informar os agricultores, em devido tempo. -----  
Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**”-----

--- **d) Desafecção de terreno do domínio público, a anexar ao Lote 71, sito no Bairro da Petrogal, na Cidade de Vila Nova de Santo André;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou ao senhor Vereador Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte proposta: -----

“**PROPOSTA: 1.** Aprovar a desafecção do domínio público de uma parcela de terreno, com área de 367,04 m2, destinada a ser anexada ao prédio urbano sito no Bairro da Petrogal, Lote 71, em Vila Nova de Santo André, inscrito na matriz sob o artigo 2.660º, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha nº 00433/110388, da freguesia de Santo André, a confrontar a Norte com o lote nº 71, a Sul com Espaço Público, a Nascente com o Lotes nº 73 e 75, e a Poente com o Lote nº 69.-----

**FUNDAMENTOS:** De acordo com o requerido pelo Senhor Fernando António Fernandes, conforme parecer positivo dos Serviços Técnicos Municipais, e da Junta de Freguesia de Santo André. Por não terem existido reclamações, resultantes do Inquérito Público. -----

Nos termos da alínea b) do nº 4 do artº nº 53, da alínea a) nº 6 do artº 64 e artº 91 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**” -----

--- **e) Aquisição de Serviços para revisão do Plano Director Municipal – Repartição de encargos;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta: -----

“**PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal, autorização para a repartição de encargos relativos à aquisição de serviços de revisão do Plano Director Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte calendarização: no ano de 2008, cem mil euros, no ano de 2009, cento e quarenta e cinco mil e duzentos euros, e no ano de 2010, quarenta e cinco mil e duzentos euros. -----

**FUNDAMENTOS:** a) Tendo em consideração que as estimativas de valores e prazos efectuadas inicialmente para a aquisição dos serviços de elaboração da revisão do Plano Director Municipal de Santiago do Cacém, e que constam dos documentos previsionais, não se mostram consentâneos com os valores e prazos ora previstos;-----



b) Para efeitos do disposto nos nºs 1 e 6 do artº 22º do Decreto Lei nº 197/99, de 8 de Junho, e de acordo com o previsto na alínea a) do nº 6 do artº 64 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo que se trata de um documento estratégico de grande importância, pelo que, considerou que devem ser criadas condições para que seja realizado um bom trabalho. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----

## **6. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA** -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentação da informação sobre a actividade da Câmara Municipal de Dezembro de dois mil e sete e Janeiro de dois mil e oito, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número seis, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

## **ETAR DA RIBEIRA DOS MOINHOS – SOLIDARIEDADE COM OS TRABALHADORES EM LUTA – IMPACTOS DA GREVE** -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual deu conhecimento que teve lugar, hoje, uma Conferência de Imprensa, na qual participou, conjuntamente, com o senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara Municipal de Sines e o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, sobre a situação naquela ETAR, onde os trabalhadores estão em greve, há mais de um mês. Mais informou que teve lugar, no dia sete do mês em curso, no salão dos Bombeiros Voluntários de Santo André, um jantar de solidariedade para com aqueles trabalhadores, no qual participaram cerca de trezentas pessoas. Acrescentou que não se vislumbra por parte da concessionária, a empresa SISÁQUA, nem por parte da empresa Águas de Santo André, qualquer diligência no sentido da resolução do conflito. -----

Referiu ainda que à medida que os dias passam, aumentam os maus cheiros, e as lamas estão a ser transportadas, de forma irregular, para um aterro privado, no Município de Beja, o qual, normalmente recebe resíduos banais. -----

Informou também que num contacto com o Presidente da empresa Águas de Santo André, solicitou a sua intervenção urgente no processo, de forma a se encontrar uma solução para este conflito laboral que a todos prejudica, dado que, a não resolução do problema entre os trabalhadores e a empresa SISÁQUA, se está a transformar num grave problema ambiental. -----

Acrescentou que foram subcontratados trabalhadores pela empresa SISÁQUA para substituir os que estão em greve, os quais não têm a devida preparação para manobrar o equipamento, algum do qual em muito mau estado de conservação. -----

Mais referiu que, entretanto, no decorrer da greve, a GNR, carregou sobre os trabalhadores, os sindicalistas e populares que estavam junto àquela ETAR apoiando os trabalhadores em greve, acrescentando que se tratou de uma agressão completamente despropositada que aconteceu na sequência de uma tomada de posição do Piquete de Greve, o qual pretendia que a GNR solicitasse ao condutor de um camião, que queria entrar nas instalações da ETAR para carregar lamas, os documentos que autorizavam o carregamento daqueles resíduos, porque não estando ninguém dentro daquelas instalações, a responsabilidade era do Piquete da greve. Mais informou que foram

agredidos dois dirigentes sindicais e um eleito da Junta de Freguesia de Santiago do Cacém e membro da Comissão de Utentes, o qual foi levado sobre prisão.-----  
Informou que teve oportunidade de transmitir ao Major Tavares Belo, do Comando Distrital de Setúbal, o seu desagrado pela intervenção da GNR, recordando que este responsável participou consigo na reunião que teve lugar no Governo Civil de Setúbal, onde foi colocado o problema da falta de efectivos no Município, o que, naquela situação não se verificou.-----

Referiu ainda que os trabalhadores estão dispostos a prosseguir com a sua luta, dado os salários baixíssimos que auferem, entre quatrocentos e quinhentos e cinquenta euros mensais, enquanto na empresa Águas de Santo André, em funções similares os trabalhadores auferem novecentos euros.-----

O senhor Jaime Cáceres referiu que esta não é uma greve como outra qualquer, porque estão em causa graves problemas de funcionamento daquela ETAR. Acrescentou que está estupefacto com a ligeireza como este problema tem sido tratado pelas entidades responsáveis, quando as questões do ambiente estão na ordem do dia.-----

Mais referiu não perceber qual a diferença entre as lamas que estão na ETAR e aquelas que estão depositadas no Aterro na Maria da Moita, altamente perigosas, quando a sua proveniência é a mesma. Não compreendendo também, como é possível que aquelas lamas estejam a ser transportadas, a granel, num camião de carga de cereais, para um aterro de resíduos banais, sito no Município de Beja, deixando escorrer resíduos para a via ao longo do percurso.-----

Questionou ainda como é possível que, enquanto Autarcas, não lhes tenha sido dado conhecimento desta situação. Acrescentou que se interroga sobre qual o destino que tem sido dado àquelas lamas, desde há vinte anos, recordando também os crimes ambientais que tiveram lugar no mar, em Sines.-----

Mais referiu que os Autarcas devem exigir uma explicação à empresa Águas de Santo André sobre este assunto, e devem também exigir informação sobre o processo de produção e de encaminhamento dos resíduos.-----

Relativamente à intervenção da GNR, considerou lamentáveis as cenas que tiveram lugar junto àquela ETAR, as quais pensava que não era possível voltar a ver no País.----

O senhor Presidente da Assembleia informou que estão previstas mais algumas acções dos trabalhadores e das autarquias junto à porta da empresa Águas de Santo André.----

Acrescentou que esta situação está a ultrapassar a razoabilidade em termos laborais, políticos e ambientais.-----

O senhor João Saraiva de Carvalho considerou que seria oportuno o Conselho Municipal de Segurança reunir para debater esta situação, tendo em conta as proporções que a mesma está a tomar.-----

O senhor Augusto Pereira de Sousa considerou que as Autarquias se devem empenhar mais no controlo deste tipo de unidades, e devem procurar saber se as empresas dispõem ou não de um sistema de pré-tratamento dos resíduos.-----

Mais referiu não conseguir conceber a forma como estão a ser retiradas lamas daquele local.-----

O senhor Francisco Roque, considerou interessante a sugestão do Conselho Municipal de Segurança reunir para analisar esta situação. Mais considerou que a Protecção Civil dos dois Municípios (Sines e Santiago do Cacém) podia também tomar uma atitude sobre o assunto, tendo em conta que desta situação podem resultar problemas sérios para o ambiente.-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual esclareceu que o Conselho Municipal de Segurança tem competências definidas, não se substituindo ao Ministério Público e às entidades policiais. -----

Mais referiu que existe um défice de fiscalização daquela ETAR por parte da entidade responsável, a Inspeção-Geral do Ambiente, mas quando surge algum problema nas ETARs ou nos Aterros Municipais, a mesma entidade actua prontamente, situação que dá que pensar. -----

Concluiu referindo que os trabalhadores da ETAR da Ribeira dos Moinhos podem continuar a contar com a solidariedade da Câmara Municipal, materializada também no fornecimento diário de refeições quentes, porque durante muitos dias o seu alimento foi somente sandes. -----

-----  
Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo senhor Primeiro Secretário a relação em minuta das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em acta. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo senhor Presidente, não se tendo verificado inscrições para o fazer. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, eram vinte e quatro horas. -----

Desta Sessão se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa. ----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, DE VINTE E NOVE DE FEVEREIRO, REALIZADA NO DIA DEZ DE MARÇO DE DOIS MIL E OITO**-----

-----  
Aos dez dias do mês de Março de dois mil e oito reuniu, pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

**-----ORDEM DO DIA: -----**

**3. Cuidados de Saúde no Município de Santiago do Cacém.**-----

**4. Lei eleitoral dos órgãos das Autarquias Locais (alterações).**-----

**5. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

**c) Adesão do Município de Santiago do Cacém ao CEBAL – Centro de Biotecnologia Agrícola e Alimentar do Baixo Alentejo e Litoral;**-----

**d) Desafecção de terreno do domínio público, a anexar ao Lote 71, sito no Bairro da Petrogal, na Cidade de Vila Nova de Santo André;**-----

**e) Aquisição de Serviços para revisão do Plano Director Municipal – Repartição de encargos.**-----

**6. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA.**-----

-----  
**Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os Membros:** Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António Gonçalves Pereira, Sandra Maria Brás Coelho, Margarida Isabel de Matos Pereira, António João Antunes Isidoro, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, João Saraiva de Carvalho, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, Fernando Augusto Pereira de Sousa, António Albino, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. -----

-----  
**Não compareceram os membros:** Alexandre António Cantigas Rosa, Maria de Lurdes Palminha Pereira Gomes, José Augusto Sabino Diogo, José Élio Sucena, José Joaquim Catalino dos Santos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos e Joaquim António Gonçalves.-----

-----  
**Verificou-se ainda a presença** do senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Proença e dos senhores Vereadores, Margarida Santos, Álvaro Beijinha e Maria dos Anjos Polícia.-----

-----  
**Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:**-----

-----  
**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA**-----

O senhor Presidente colocou para apreciação da Assembleia o pedido de suspensão de mandato, na presente Sessão, do senhor José Élio Sucena, eleito da CDU. -----  
Não foram levantadas objecções, pelo que, o senhor Presidente procedeu, de imediato, à sua substituição pelo eleito que se seguia na lista da CDU, senhor António Brites Afonso, convocado para o efeito. -----  
-----

### -----ORDEM DO DIA: -----

#### **3. Cuidados de Saúde no Município de Santiago do Cacém.** -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual deu conhecimento das acções mais recentes que foram desenvolvidas sobre esta matéria nomeadamente, a reunião promovida pela Câmara Municipal com as Comissões de Utentes, para a qual foi convidado o Director do Centro de Saúde, a Sub-Região de Saúde de Setúbal, a Direcção do Hospital do Litoral Alentejano, o Sindicato dos Enfermeiros e os presidentes das Juntas de Freguesia do Município. Mais informou que se ficou a saber naquela reunião que estão inscritos trinta mil utentes no Centro de Saúde, dos quais onze mil não têm médico de família. Acrescentou que se verificou que estão a ser cumpridas as horas de consulta nas várias extensões de Saúde, e que foi proposto, pelo Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, o prolongamento do horário, até às vinte horas, na extensão de Saúde daquela Freguesia. Foi também vista a necessidade de se estudar a criação de uma unidade básica de urgência, na Sede do Município, dado que as urgências do Hospital não conseguem dar resposta. -----

Informou também que o Director do Centro de Saúde reconheceu a falta de pessoal de enfermagem naquela Unidade de Saúde, mas considerou que podem vir a ser prestados cuidados de enfermagem aos fins-de-semana. -----

Informou ainda que foi colocada a questão da possibilidade dos médicos voltarem a dar consultas no posto médico de Aldeia dos Chãos e na Sonega. Contudo, por parte da Câmara Municipal foi referido que era prioritário dar resposta às duas freguesias que ainda não têm consultas médicas, Vale de Água e Santa Cruz. -----

Acrescentou que foi também chamada a atenção para a necessidade de efectuar obras na extensão de Saúde de S.Bartolomeu da Serra. -----

Mais informou que as Comissão de Utentes e os Presidentes das Juntas de Freguesia colocaram ainda outras questões relativas aos cuidados hospitalares nomeadamente, o atraso no pagamento às Associações de Bombeiros, o não funcionamento da Oftalmologia bem como do internamento em Pediatria, a espera de dois e três meses por consultas de Cardiologia e as longas esperas nas urgências, entre quatro a cinco horas. Acrescentou que o representante do Sindicato dos Enfermeiros colocou a questão relativa à precariedade dos vínculos do pessoal de enfermagem no Hospital do Litoral Alentejano. Situação que abrange cinquenta por cento daqueles profissionais. -----

Sobre estas questões foi informado que a Oftalmologia vai começar a funcionar em breve e que estão a procurar atenuar os tempos de espera nas urgências e nas consultas. -

O senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra à senhora Vereadora Margarida Santos, a qual informou que participou na sessão de esclarecimento sobre a Saúde que teve lugar, na Sede do Município, com a presença de cerca de duzentas pessoas, onde foram colocadas algumas preocupações nomeadamente, a privatização do serviço de Imagiologia, a ausência de tratamentos de enfermagem aos fins de semana, o encerramento do SADU, a falta da Maternidade, o valor excessivo das taxas moderadoras, a necessidade de aumentar o número de consultas de Pediatria e a redução dos tempos de espera nas urgências, situação esta que é reflexo de não existirem serviços de urgências em Grândola, Sines e na Sede do Município. Acrescentou que

também foi colocada a preocupação e discordância da passagem do Hospital do Litoral Alentejano a EPE.-----

Interveio o senhor Jaime Cáceres, referindo que é preciso insistir no sentido de serem disponibilizados serviços de enfermagem aos fins-de-semana, em Santo André, conforme foi indicado pelo Director do Centro de Saúde, bem como o prolongamento do horário da extensão de Saúde, até às vinte horas.-----

Mais referiu que a Junta de Freguesia de Santo André vai investir no posto médico de Deixa-o-Resto, para que não seja encerrado por falta de condições, dado que serve setecentos utentes.-----

O senhor Fernando Gonçalves referiu que a extensão de Saúde de S. Domingos serve também os utentes da freguesia de Vale de Água, o que obriga a que as pessoas tenham que se deslocar às seis da manhã para terem uma consulta, o que nem sempre conseguem.-----

O senhor Carlos Pereira Dias referiu que há décadas que o problema da falta de médicos e de enfermeiros se coloca, sem que se vejam melhorias. Acrescentou que a questão não é só a falta destes profissionais, mas também o mau aproveitamento dos existentes. -----

No referente às taxas moderadoras, referiu que, enquanto alguns reformados com pensões muito baixas contam os centavos para as pagar outros com fortuna pessoal e boas reformas pagam a mesma importância que aqueles. Situação que devia ser revista.

Mais referiu que algumas extensões de Saúde no Município não tinham condições materiais e não dispunham de pessoal de enfermagem, pelo que, os cuidados médicos prestados eram precários, acrescentando que também no Hospital, as condições higiénicas e sanitárias eram, por vezes, duvidosas. -----

Referiu ainda que os anos passam e os problemas da Saúde se arrastam sem solução à vista, acrescentando que, um dia destes, podemos ser confrontados com um sistema de saúde do tipo do Americano, ou seja, quem tem seguro de saúde é assistido quem não tem seguro pode ir morrer onde quiser. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, considerando positiva a acção da Câmara Municipal ao promover a reunião de todas as partes para tratar deste assunto. -----

Colocou à consideração dos presentes, a possibilidade de reactivar a Comissão que foi constituída na Assembleia Municipal para avaliar as consequências do encerramento do SADU, ou a criação de outra comissão, no sentido de, em parceria com a Câmara Municipal, acompanhar os desenvolvimentos nesta matéria, agindo com os actores no terreno e promovendo reuniões periódicas desta natureza, para análise da situação. -----

Acrescentou que lhe apraz registar as questões que foram colocadas no sentido de virem a ser melhorados os cuidados primários nas extensões de saúde, bem como as obras a efectuar, em S. Bartolomeu da Serra. Considerou importante que se continue a fazer pressão para que a população de Vale de Água possa ter consultas na sede da Freguesia. Relativamente ao Hospital do Litoral Alentejano, para além das preocupações já mencionadas, referiu que é importante informar os familiares da evolução da situação dos doentes que dão entrada no Hospital. -----

O senhor João Saraiva de Carvalho referiu que a resolução do problema das urgências no Hospital do Litoral Alentejano, passa também pela situação do espaço físico que é manifestamente insuficiente para os doentes e para o pessoal de saúde funcionar em condições. -----

O senhor Joaquim Gamito referiu que são preocupantes as questões que se colocam sobre os cuidados de Saúde no Município. Acrescentou que a Extensão de Saúde de Alvalade dispõe de um médico, mas não é suficiente, porque os utentes têm que se deslocar para o local, às quatro e cinco da manhã para conseguirem uma consulta.

Situação que se agrava quando o médico está de férias. Mais referiu que, quando foi encerrado o SADU, ainda houve a expectativa da situação melhorar, o que não aconteceu, porque o problema só pode ser resolvido se houver um reforço de profissionais da saúde.-----

Referiu ainda que no Hospital do Litoral Alentejano os acompanhantes dos doentes passam horas e horas sem notícias dos mesmos, e que as grandes esperas não acontecem só nas urgências, mas também nas consultas marcadas, onde os pacientes chegam a aguardar cinco e seis horas para serem atendidos. -----

O senhor Francisco Roque referiu que o sector da Saúde está a ser condicionado pelas medidas do Poder Central de contenção orçamental para equilibrar o défice e pela pressão dos privados interessados no negócio que é a saúde, considerado por alguns, o segundo melhor negócio, depois do negócio das armas. -----

Questionou em seguida se foram registadas melhorias no posto de Saúde de Deixa-o-Resto em termos de reforço de horas de atendimento e do acesso às consultas, depois do encerramento do SADU. -----

No referente ao espaço no serviço de urgências do Hospital do Litoral Alentejano, informou que lhe foi explicado que o mesmo é reduzido porque foi concebido com base num projecto Nórdico, onde as urgências existem para atenderem as pessoas de imediato e não para ficarem horas à espera. Acrescentou que, por vezes, os utentes têm que vir para a rua. Pelo que, considerou que se deve exigir ao Hospital que encontre uma solução para este problema. -----

O senhor Jorge Pinela considerou que o problema não está nas urgências do Hospital, mas sim no encerramento das urgências nas outras localidades, dado que aquele espaço não foi dimensionado para tão elevado número de doentes. -----

O senhor Jaime Cáceres referiu que, nas reuniões que tiveram lugar sobre as questões da saúde, se concluiu que a situação nas extensões de Saúde pouco melhoraram depois do encerramento do SADU, incluindo o posto Médico de Deixa-o-Resto. -----

Mais referiu que o espaço físico do Hospital do Litoral Alentejano não está concebido para o número de utentes que para ali são encaminhados, pelo que, devia ser criada uma Unidade Básica de Saúde onde se fizesse a triagem dos doentes.-----

O senhor Francisco Roque informou que quando a Comissão de Saúde da Assembleia Municipal reuniu com o Director do Centro de Saúde, este já defendia a criação de uma Unidade de Urgência Básica, onde fossem tratadas as situações menos urgentes. Contudo, a Administração do Hospital considerava que a mesma não fazia sentido, até por uma questão de rentabilização do Hospital. -----

O senhor João Saraiva de Carvalho chamou também a atenção para alguns problemas de gestão naquele Hospital, dando alguns exemplos de descoordenação e de rotura de stocks de medicamentos.-----

#### **REACTIVAÇÃO DA COMISSÃO DE SAÚDE CONSTITUÍDA NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

O senhor Presidente colocou à consideração da Assembleia Municipal a reactivação da Comissão da Assembleia Municipal que foi constituída para avaliar a situação resultante do encerramento do SADU, para uma tomada de posição concreta sobre os Cuidados de Saúde no Município, a ser preparada até à próxima sessão ordinária, a realizar em Abril, de forma a ter eficácia externa.-----

O senhor Vítor Paulo, Coordenador daquela Comissão, referiu concordar que a mesma seja reactivada. -----

O senhor Arnaldo Frade sugeriu que a Comissão fosse reactivada não só para tomar posição, pontualmente, sobre esta matéria, mas que tivesse continuidade.-----

O senhor Jaime Cáceres sugeriu que a Comissão efectue reuniões periódicas para fazer o balanço da situação.-----

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, a reactivação da Comissão com a mesma composição que tinha: “Coordenador, senhor Vítor Barata, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago do Cacém, eleito da CDU, senhor Fernando Augusto Pereira de Sousa, eleito do PS, senhor Carlos Pereira Dias, eleito do PSD e senhor Francisco Roque, eleito do BE, e que a mesma seja alargada à Câmara Municipal e Juntas de Freguesia.**-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que na próxima sessão vai procurar trazer informações mais precisas sobre os progressos na resolução dos problemas colocados.-----

Sugeriu ainda a realização de uma nova reunião com as entidades ligadas ao sector da Saúde, a ter lugar no princípio do mês de Julho do ano em curso, sem prejuízo desta matéria vir a ser abordada noutros fóruns.-----

#### --- 4. Lei eleitoral dos órgãos das Autarquias Locais (alterações).-----

Pelo senhor Pedro Gamito, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:-----

#### -----“MOÇÃO-----

Considerando que o Projecto de Lei nº431/X, Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, subscrito pelos grupos Parlamentares do PS e PSD e aprovado na generalidade:-

- Elimina a eleição directa das Câmara Municipais.-----
- Garante a maioria absoluta a quem detém a Presidência alterando as regras da proporcionalidade nos órgãos executivos.-----
- Prejudica o funcionamento colegial dos órgãos autárquicos e reduz o nível de fiscalização democrática, favorecendo uma gestão menos clara.-----
- Impõe uma distribuição de mandatos que não corresponde à votação obtida.-----
- Atribui ao Presidente de Câmara um poder discricionário na escolha dos membros que integram o Executivo (desrespeitando a ordenação da lista sufragada).-----
- Põe em causa a colegialidade do órgão, submetendo-o à vontade unipessoal do Presidente.-----
- Possibilita o derrube da Câmara (com a inevitável eleição) pela aprovação de uma moção de censura de 3/5 da Assembleia Municipal.-----
- Impede a participação dos Presidentes de Junta na votação dos Planos de Actividades e Orçamento nas respectivas Assembleias Municipais diminuindo significativamente a sua intervenção em questões decisivas para a vida municipal.-----
- A proposta põe em causa valores conquistados democraticamente após o 25 de Abril e atenta contra o contributo que o Poder Local tem assumido em Portugal ao longo do tempo.-----
- PS e PSD tentam garantir uma maioria absoluta de mandatos, e assegurar o esmagamento da representação das forças políticas minoritárias. Reduzem à expressão mínima a pluralidade da composição dos órgãos empobrecendo a democracia no poder local e as garantias de fiscalização e controlo democráticos do funcionamento da autarquia.-----

**A Assembleia Municipal reunida em segunda reunião da sessão ordinária de 29 de Fevereiro de 2008, ocorrida a 10 de Março de 2008, manifesta a sua total discordância quanto a este projecto de Lei repudiando-o veementemente.**-----



**Propõe-se também manifestar concordância com a Moção aprovada na Câmara Municipal em 7 de Fevereiro de 2008, com o parecer expresso pelo Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios de 31 de Janeiro de 2008 e com a posição assumida pela ANAFRE sobre esta matéria.** -----

A enviar para:-----

-Presidente da República-----

-Presidente da Assembleia da República -----

-Primeiro Ministro -----

-Secretário de Estado da Administração local -----

-Grupos Parlamentares da Assembleia da República -----

-Comissão parlamentar dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias-

-Associação Nacional de Municípios Portugueses -----

-Associação de Municípios do Litoral Alentejano -----

-Assembleias de Freguesia do Município -----

-Juntas de Freguesia do Município -----

-Órgãos da Comunicação Social.”-----

O senhor Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo que com este projecto se perde a oportunidade de um reforço dos poderes da Assembleia Municipal para uma efectiva fiscalização da actividade autárquica, acrescentando que discorda do facto de ser vedado aos presidentes das juntas de freguesia votarem os planos de actividade dos Municípios, considerando que não se deve mexer nesta matéria no actual quadro constitucional, sendo favorável a uma alteração da Constituição que reforce a capacidade financeira e as competências das freguesias.-----

Mais referiu concordar com os executivos maioritários porque, na sua opinião, não é neste órgão que a oposição se deve manifestar, considerando redutor e até desprestigante o papel do vereador da oposição no seio do mesmo, dado que, este não dispõe de tempo para estudar os assuntos, nem dos meios necessários para desempenhar as funções. Considerou ainda que um executivo maioritário deve ter um projecto próprio e deve haver coesão no seu seio para o concretizar. -----

Concluiu, referindo discordar do projecto de lei em discussão, mas também não concorda com algumas questões constantes na Moção em apreço. -----

O senhor Carlos Pereira Dias referiu concordar com a análise feita pela Associação Nacional de Municípios – ANMP sobre esta matéria, porque a lei em causa não vai melhorar em nada a governabilidade das Autarquias, pelo contrário, poderá complicar, até porque não existem situações que justifiquem a alteração pretendida. -----

Referiu ainda concordar com a matéria relativa aos Presidentes das Juntas de Freguesia, e considerou que deviam ser criadas as condições para os vereadores da oposição fiscalizarem a actividade da Câmara Municipal. -----

Interveio o senhor Francisco Roque, referindo que a lei em discussão permite que uma lista que obtenha vinte e cinco por cento dos votos passe a ter o poder absoluto, a maioria, na Câmara Municipal, o que considera um retrocesso no sistema democrático. -

O senhor Jaime Cáceres, referiu que, como Presidente de uma Junta de Freguesia, não se vê a participar nas discussões e deliberações da Assembleia Municipal e não poder votar as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal, assim como não está disponível para vir pedir, por favor, ao Presidente da Câmara para realizar obra na sua freguesia. -----

Mais referiu que deve haver um reforço das competências das freguesias, acrescentando que com a lei em causa, se está a passar um atestado de menoridade aos Presidentes das

Juntas de Freguesia, quando estes são os eleitos que estão mais próximos da população, e, conseqüentemente, são os primeiros a se inteirarem dos seus problemas. -----  
Referiu ainda que discorda também que sejam extintas algumas freguesias pequenas para que as maiores tenham mais recursos financeiros. -----

O senhor Arnaldo Frade referiu não estar contra a existência de Freguesias pequenas, mas considera que o Estado as deve adequar com os meios adequados para servir as populações, e que estas devem contratualizar com os Municípios algumas questões operacionais. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----

**JUSTIFICAÇÃO DE VOTO:** Pelo senhor Arnaldo Frade foi feita a seguinte declaração de voto: “Votei a favor o texto da Moção por o mesmo fortalecer a posição da ANMP e da ANAFRE sobre o assunto, e apesar de uma ou outra divergência acessória quanto ao seu conteúdo. E também por considerar positivo o esforço reformista no sentido de melhorar o sistema eleitoral das Autarquias Locais.” -----

## **5. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

### **--- c) Adesão do Município de Santiago do Cacém ao CEBAL – Centro de Biotecnologia Agrícola e Alimentar do Baixo Alentejo e Litoral;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta: -----

**“PROPOSTA: 1.** Aprovar a adesão do Município de Santiago do Cacém como associado ao Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Baixo Alentejo e Litoral (CEBAL) sedado em Beja, bem como o pagamento de uma quota de vinte e cinco mil euros, paga em cinco prestações anuais sucessivas de cinco mil euros, com início no ano de admissão conforme estipulado no ponto n.º 5 do Capítulo II dos estatutos da referida Associação, em conformidade com o previsto na alínea m) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/1999, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. \*-----

**FUNDAMENTOS: 1.** O CEBAL é uma associação científica e técnica, sem fins lucrativos, dedicada à investigação científica e à transferência de tecnologias, que tem por missão desenvolver o conhecimento científico e tecnológico adequado para apoiar a produção e transformação inovadoras dos produtos agrícolas e pecuários da região.  
**2.** O CEBAL pretende desenvolver processos químicos e biológicos que permitam uma abordagem integrada à produção agro-pecuária e agro-alimentar, associada à conservação de um ambiente de elevada qualidade, à valorização de resíduos e à produção, conservação e gestão das energias alternativas.-----

**3.** O CEBAL tem actualmente 35 associados que incluem empresas, associações e câmaras municipais e pretende colaborar com o Governo na análise e prossecução de objectivos específicos da sua política científica e tecnológica, em particular no que concerne à inovação industrial. -----

**4.** A Câmara Municipal está empenhada em aprofundar e fomentar o conhecimento em todas as áreas atrás referidas já que as mesmas constituem parte fundamental e imprescindível para o desenvolvimento integrado que se pretende para o Município de Santiago do Cacém.-----

**5.** Ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169//99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----

\* Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número cinco, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----  
Interveio o senhor Jorge Pinela, referindo que existem limitações à produção de biodiesel no País, porque não é possível aumentar a produção de milho, devido à falta de terrenos para o efeito, dado que se permitiu aos espanhóis plantarem vastos hectares de oliveiras. O senhor Carlos Pereira Dias considerou que é importante que sejam justificadas as verbas que o Município vai despende nesta parceria, pelo que, o seu representante deverá acompanhar o que o CEBAL vai fazendo em matéria de investigação, para informar os agricultores, em devido tempo.-----  
Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**” -----

--- **d) Desafecção de terreno do domínio público, a anexar ao Lote 71, sito no Bairro da Petrogal, na Cidade de Vila Nova de Santo André;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou ao senhor Vereador Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte proposta: -----

“**PROPOSTA: 1.** Aprovar a desafecção do domínio público de uma parcela de terreno, com área de 367,04 m2, destinada a ser anexada ao prédio urbano sito no Bairro da Petrogal, Lote 71, em Vila Nova de Santo André, inscrito na matriz sob o artigo 2.660º, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha nº 00433/110388, da freguesia de Santo André, a confrontar a Norte com o lote nº 71, a Sul com Espaço Público, a Nascente com o Lotes nº 73 e 75, e a Poente com o Lote nº 69. -----

**FUNDAMENTOS:** De acordo com o requerido pelo Senhor Fernando António Fernandes, conforme parecer positivo dos Serviços Técnicos Municipais, e da Junta de Freguesia de Santo André. Por não terem existido reclamações, resultantes do Inquérito Público. -----

Nos termos da alínea b) do nº 4 do artº nº 53, da alínea a) nº 6 do artº 64 e artº 91 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**” -----

--- **e) Aquisição de Serviços para revisão do Plano Director Municipal – Repartição de encargos;** -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta: -----

“**PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal, autorização para a repartição de encargos relativos à aquisição de serviços de revisão do Plano Director Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte calendarização: no ano de 2008, cem mil euros, no ano de 2009, cento e quarenta e cinco mil e duzentos euros, e no ano de 2010, quarenta e cinco mil e duzentos euros. -----

**FUNDAMENTOS:** a) Tendo em consideração que as estimativas de valores e prazos efectuadas inicialmente para a aquisição dos serviços de elaboração da revisão do Plano Director Municipal de Santiago do Cacém, e que constam dos documentos previsionais, não se mostram consentâneos com os valores e prazos ora previstos; -----

b) Para efeitos do disposto nos nºs 1 e 6 do artº 22º do Decreto Lei nº 197/99, de 8 de Junho, e de acordo com o previsto na alínea a) do nº 6 do artº 64 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo que se trata de um documento estratégico de grande importância, pelo que, considerou que devem ser criadas condições para que seja realizado um bom trabalho. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----

## **6. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA** -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentação da informação sobre a actividade da Câmara Municipal de Dezembro de dois mil e sete e Janeiro de dois mil e oito, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número seis, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

## **ETAR DA RIBEIRA DOS MOINHOS – SOLIDARIEDADE COM OS TRABALHADORES EM LUTA – IMPACTOS DA GREVE** -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual deu conhecimento que teve lugar, hoje, uma Conferência de Imprensa, na qual participou, conjuntamente, com o senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara Municipal de Sines e o Presidente da Assembleia Municipal de Sines, sobre a situação naquela ETAR, onde os trabalhadores estão em greve, há mais de um mês. Mais informou que teve lugar, no dia sete do mês em curso, no salão dos Bombeiros Voluntários de Santo André, um jantar de solidariedade para com aqueles trabalhadores, no qual participaram cerca de trezentas pessoas. Acrescentou que não se vislumbra por parte da concessionária, a empresa SISÁQUA, nem por parte da empresa Águas de Santo André, qualquer diligência no sentido da resolução do conflito. -----

Referiu ainda que à medida que os dias passam, aumentam os maus cheiros, e as lamas estão a ser transportadas, de forma irregular, para um aterro privado, no Município de Beja, o qual, normalmente recebe resíduos banais. -----

Informou também que num contacto com o Presidente da empresa Águas de Santo André, solicitou a sua intervenção urgente no processo, de forma a se encontrar uma solução para este conflito laboral que a todos prejudica, dado que, a não resolução do problema entre os trabalhadores e a empresa SISÁQUA, se está a transformar num grave problema ambiental. -----

Acrescentou que foram subcontratados trabalhadores pela empresa SISÁQUA para substituir os que estão em greve, os quais não têm a devida preparação para manobrar o equipamento, algum do qual em muito mau estado de conservação. -----

Mais referiu que, entretanto, no decorrer da greve, a GNR, carregou sobre os trabalhadores, os sindicalistas e populares que estavam junto àquela ETAR apoiando os trabalhadores em greve, acrescentando que se tratou de uma agressão completamente despropositada que aconteceu na sequência de uma tomada de posição do Piquete de Greve, o qual pretendia que a GNR solicitasse ao condutor de um camião, que queria entrar nas instalações da ETAR para carregar lamas, os documentos que autorizavam o carregamento daqueles resíduos, porque não estando ninguém dentro daquelas instalações, a responsabilidade era do Piquete da greve. Mais informou que foram

agredidos dois dirigentes sindicais e um eleito da Junta de Freguesia de Santiago do Cacém e membro da Comissão de Utentes, o qual foi levado sobre prisão.-----  
Informou que teve oportunidade de transmitir ao Major Tavares Belo, do Comando Distrital de Setúbal, o seu desagrado pela intervenção da GNR, recordando que este responsável participou consigo na reunião que teve lugar no Governo Civil de Setúbal, onde foi colocado o problema da falta de efectivos no Município, o que, naquela situação não se verificou. -----

Referiu ainda que os trabalhadores estão dispostos a prosseguir com a sua luta, dado os salários baixíssimos que auferem, entre quatrocentos e quinhentos e cinquenta euros mensais, enquanto na empresa Águas de Santo André, em funções similares os trabalhadores auferem novecentos euros.-----

O senhor Jaime Cáceres referiu que esta não é uma greve como outra qualquer, porque estão em causa graves problemas de funcionamento daquela ETAR. Acrescentou que está estupefacto com a ligeireza como este problema tem sido tratado pelas entidades responsáveis, quando as questões do ambiente estão na ordem do dia. -----

Mais referiu não perceber qual a diferença entre as lamas que estão na ETAR e aquelas que estão depositadas no Aterro na Maria da Moita, altamente perigosas, quando a sua proveniência é a mesma. Não compreendendo também, como é possível que aquelas lamas estejam a ser transportadas, a granel, num camião de carga de cereais, para um aterro de resíduos banais, sito no Município de Beja, deixando escorrer resíduos para a via ao longo do percurso. -----

Questionou ainda como é possível que, enquanto Autarcas, não lhes tenha sido dado conhecimento desta situação. Acrescentou que se interroga sobre qual o destino que tem sido dado àquelas lamas, desde há vinte anos, recordando também os crimes ambientais que tiveram lugar no mar, em Sines. -----

Mais referiu que os Autarcas devem exigir uma explicação à empresa Águas de Santo André sobre este assunto, e devem também exigir informação sobre o processo de produção e de encaminhamento dos resíduos. -----

Relativamente à intervenção da GNR, considerou lamentáveis as cenas que tiveram lugar junto àquela ETAR, as quais pensava que não era possível voltar a ver no País.----

O senhor Presidente da Assembleia informou que estão previstas mais algumas acções dos trabalhadores e das autarquias junto à porta da empresa Águas de Santo André. ----

Acrescentou que esta situação está a ultrapassar a razoabilidade em termos laborais, políticos e ambientais. -----

O senhor João Saraiva de Carvalho considerou que seria oportuno o Conselho Municipal de Segurança reunir para debater esta situação, tendo em conta as proporções que a mesma está a tomar. -----

O senhor Augusto Pereira de Sousa considerou que as Autarquias se devem empenhar mais no controlo deste tipo de unidades, e devem procurar saber se as empresas dispõem ou não de um sistema de pré-tratamento dos resíduos. -----

Mais referiu não conseguir conceber a forma como estão a ser retiradas lamas daquele local. -----

O senhor Francisco Roque, considerou interessante a sugestão do Conselho Municipal de Segurança reunir para analisar esta situação. Mais considerou que a Protecção Civil dos dois Municípios (Sines e Santiago do Cacém) podia também tomar uma atitude sobre o assunto, tendo em conta que desta situação podem resultar problemas sérios para o ambiente. -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual esclareceu que o Conselho Municipal de Segurança tem competências definidas, não se substituindo ao Ministério Público e às entidades policiais. -----

Mais referiu que existe um défice de fiscalização daquela ETAR por parte da entidade responsável, a Inspeção-Geral do Ambiente, mas quando surge algum problema nas ETARs ou nos Aterros Municipais, a mesma entidade actua prontamente, situação que dá que pensar.-----

Concluiu referindo que os trabalhadores da ETAR da Ribeira dos Moinhos podem continuar a contar com a solidariedade da Câmara Municipal, materializada também no fornecimento diário de refeições quentes, porque durante muitos dias o seu alimento foi somente sandes. -----

-----  
Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo senhor Primeiro Secretário a relação em minuta das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em acta. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo senhor Presidente, não se tendo verificado inscrições para o fazer. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, eram vinte e quatro horas.-----

Desta Sessão se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa. ----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_